

Imagem e símbolo: momentos ritualizados e a estabilização da comunicação nas organizações¹

Mariângela Benine Ramos SILVA²

Bruna Gabriela SIMÕES³

Ana Carolina SCIENA⁴

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

RESUMO

Este artigo discute o funcionamento dos ritos, rituais e cerimônias em seu papel de elemento estratégico a serviço da construção e consolidação da imagem e do relacionamento interpessoal nas organizações. Analisa o modo como essas práticas contribuem para reforçar a credibilidade e a aceitação social dos fatos e realizações de um ambiente de trabalho. Conclui que a imagem se fortalece e se torna mais intensa quanto mais impregnados de signos simbólicos estiverem os momentos cerimoniais. Por outro lado, os ritos e rituais marcam diversos estilos de relacionamento e, além disso, aparecem com muita força no momento em que acontecem mudanças, em que há passagem de um estado para o outro – e são elementos que reforçam, via comunicação, a preservação dos valores organizacionais.

PALAVRAS-CHAVE: imagem; ritos; cerimônia; símbolo; comunicação organizacional.

INTRODUÇÃO

Numa sociedade em que imagem pública e privada constituem um fator preponderante de prestígio, credibilidade e liderança, os momentos ritualizados estão cada vez mais permeando a vida das pessoas, suas formas de agir, de decidir, isso tudo sob a vigilância de uma comunidade atenta e fiscalizadora. Em qualquer organização, as interações sociais e mensagens de conteúdo simbólico contribuem para a formação da identidade e da imagem do grupo. Os rituais constituem elementos singulares do cotidiano institucional, operando, quando adequadamente realizados, como aspecto de excelência no funcionamento dessas estruturas.

Na análise aqui formulada, buscam-se identificar quais são as contribuições para a área de comunicação organizacional e para o campo das relações públicas, do estudo das implicações políticas dos ritos, rituais e cerimônias nas organizações contemporâneas. Parte-se do pressuposto de que identificar esses elementos e desenvolver compreensão do aparato

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional (DT3), IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Comunicação da UEL-Universidade Estadual de Londrina-PR, e-mail: mariah@sercomtel.com.br.

³ Estudante de Graduação 2º ano do Curso de Relações Públicas da UEL-PR, email: gs1_bru@hotmail.com.

⁴ Estudante de Graduação 2º ano do Curso de Relações Públicas da UEL-PR, email: acsciena@gmail.com

simbólico a eles vinculado pode viabilizar a criação de novos conceitos e também de novas áreas no desenvolvimento de estratégias para as organizações.

Uma distinção inicial é oferecida em relação ao emprego dos termos, buscando caracterizar com precisão seu enquadramento. Em seguida, é apresentada uma classificação dos ritos, na qual se acrescentam definições de sua variada natureza e aplicação. A parte conclusiva é apresentada no subtítulo “ritos nas organizações”, em que também são focalizadas, de modo direcionado, as práticas rituais e suas conseqüências. O estudo de tipologias favorece a compreensão sobre a relação entre cerimônia ou local em que o rito é executado e o ritual propriamente dito, em sua função de gerar condições de estabilização da comunicação organizacional, dentre outros importantes efeitos.

RITO E CERIMÔNIA

As informações que privilegiam um novo padrão de como as organizações devem “funcionar” nas economias globais, ao aproximar culturas distintas, muitas vezes encontram paralelo em rituais religiosos rígidos, o que se explica pelo fato de que a conceitualização dos rituais forjou-se no campo religioso. Na tradição dos estudos antropológicos, tanto na escola francesa quanto na inglesa, rito e rituais, mitos e cerimônias compõem no estudo das relações humanas. As cerimônias também se encontram presentes no cotidiano, impondo rituais nas relações em família, trabalho, universos público e privado. Tornam-se imprescindíveis numa sociedade de imagens públicas, em que o prestígio e o poder são elementos fundamentais na competição por espaços e oportunidades, e sempre na dependência de construir credibilidade e liderança.

O termo cerimônia é frequentemente empregado como sinônimo de ritual, mas ambos diferem em alguns aspectos. De acordo com Azzolin (1997, p.30), ritual “refere-se sobretudo à necessidade normativa ou psicologicamente compulsiva de lealdade perfeita para a formulação de regras de comportamento expressivo ou mágico”; já cerimônia “acentua do mesmo modo o entrelaçamento do valor e do sentimento com o ato expressivo.” Beals, R.L.; Hoijer, H. (1953, p.496) definem ritual como “um modo prescrito de realizar atos religiosos”, enquanto definem cerimônia como algo que envolve “um conjunto de rituais entrelaçados e relacionados e que são desempenhados num determinado momento”.

Devido a essa pequena diferença de ênfase, parece possível usar o termo ritual para designar tipos de ação para os quais o termo cerimônia raramente seria usado. Em todas as sociedades, existem eventos que são considerados especiais. Por exemplo, diferenciam-se um casamento, uma colação de grau, uma posse, e até mesmo um jogo final de Copa do Mundo.

Vistos desta maneira, eles são potencialmente “rituais”. Se esses tipos de evento podem ser analisados como rituais, passa a não interessar seu conteúdo manifestado -, e sim que eles contenham uma maneira específica, ou um certo nível de convencionalidade, de redundância, que combinem palavras e outras ações.

De acordo com Peirano (2003, p.12), “quanto à natureza dos rituais eles podem ser: profanos, religiosos, festivos, formais, informais, simples ou elaborados”, e “ritual não é algo fossilizado, imutável e definitivo”. Rituais envolvem consciência e promovem consciência; mas, como tudo se refere à consciência, dependem da memória e contribuem para a memória. Uma das principais características do rito é a sua maleabilidade, a sua capacidade de conter vários significados, de acomodar-se à mudança social.

Segundo Benveniste (1969, p.121), a palavra “rito” teria vindo de “ritus”, que significa “ordem prescrita”. No sentido mais geral, rito é uma sucessão de palavras, gestos e atos que, repetida, compõe uma cerimônia. Apesar de seguir um padrão, o rito não é mecanizado. É um conjunto de atividades organizadas, no qual as pessoas se expressam por meio de gestos, símbolos, linguagem e comportamento, transmitindo um sentido coerente ao ritual. O caráter comunicativo do rito é de extrema importância, pois não é qualquer atividade padronizada que o constitui.

Um ritual pode ser executado a intervalos regulares, ou em situações específicas. Pode ser realizado por um único indivíduo, um grupo, ou por uma comunidade inteira; em locais arbitrários, específicos, ou diante de determinadas pessoas. Um ritual pode ser restrito a certo subgrupo da comunidade, e pode permitir ou sublinhar a passagem entre condições sociais ou religiosas. Os propósitos dos rituais são variados; eles incluem a concordância com obrigações religiosas ou ideais, satisfação de necessidades espirituais ou emocionais dos praticantes, fortalecimento de laços sociais, demonstração de respeito ou submissão, estabelecendo afiliação, obtendo aceitação social ou aprovação para certo evento - ou, às vezes, apenas pelo prazer do ritual em si.

Rituais de vários tipos são característicos de quase todas sociedades humanas conhecidas, passadas ou atuais. Elas podem incluir os vários ritos de adoração e sacramentos de religiões organizadas e cultos, mas também os “ritos de passagem” de certas sociedades. “Tudo nos leva então à mesma ideia: os ritos são, antes de tudo, os meios pelos quais o grupo social se reafirma periodicamente” (DURKHEIM, 1989, p.553). Neste sentido, afirma Mauss (1999, p.205), “existe ritual mesmo nos atos mais individuais, desde que haja “neles sempre alguma coisa regulamentada (...). Os hábitos de cortesia, da vida moral, possuem formas tão estabelecidas quanto os ritos religiosos mais característicos”.

Segundo Douglas (1971, p.81),

Pode-se dizer sem exagero que o rito é mais importante para a sociedade do que as palavras para o pensamento. Pois sempre se pode saber alguma coisa e só depois encontrar palavras para expressar aquilo que se sabe. Mas não existem relações sociais sem atos simbólicos.

O termo rito é frequentemente sinônimo de símbolo, e nesta acepção, podemos classificar gestos do cotidiano, sob a condição de significarem algo diferente daquilo que são ou fazem. Conforme afirmavam Mauss (1999, p.207) sobre o propósito do rito: “o rito existe onde se produz sentido”.

Os ritos trazem consciência de fenômenos; sem rito, algumas coisas dependeriam da pura experiência que em alguns casos não acontece. Assim, Douglas (1971) assimila ao campo ritual tudo o que chama de atos simbólicos, reconhecendo a existência de ritos fora do religioso em virtude da compartimentação das experiências humanas. Para Segalen (2002, p.31), o rito ou ritual contém atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica, podendo ser caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica. Isso se dá “pelo recurso a uma série de objetos por sistemas de linguagens e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns de um grupo.”

Os ritos também se caracterizam por ações simbólicas manifestadas por emblemas sensíveis, materiais e corporais. Seja regulando situações de adesão comum a valores, ou funcionando como reguladores de conflitos interpessoais, os ritos devem ser considerados em seu aspecto de conjunto de condutas “individuais ou coletivas relativamente codificadas, com suporte corporal (verbal, gestual e de postura) caráter repetitivo e forte carga simbólica para atores e testemunhas.” (SEGALEN, 2002, p.32)

Um ritual é reconhecido como consequência de uma aprendizagem, implicando, por conseguinte, a continuidade das gerações, dos grupos etários ou dos grupos sociais dos quais ele é fruto. Segalen (2002, p.34), ressalta que “o rito é uma linguagem eficaz na medida em que atua sobre a realidade social.” Segundo Freitas (1991), o rito se configura num conjunto de atividades elaboradas e executadas por meio de interações sociais e mensagens de conteúdo simbólico. O rito não se pode realizar de qualquer maneira; há necessidade de apoiar-se em símbolos reconhecidos pela coletividade, os gestos são ordenados: tem uma sequência.

Isambert (1982, p.109) acrescenta que “a eficácia do rito depende de uma validade global do cerimonial, inseparável de uma liceidade reconhecida por todos.” Ou seja, para que

exista rito é preciso que exista um certo número de operações, gestos, palavras e objetos, que exista a crença numa espécie de transcendência.

Fortes (1971, p.255) considera que “o caráter distintivo do rito não deve ser buscado na constituição interna das ações, propósitos e crenças, mas em seu significado externo, em suas relações com o conjunto do meio cultural”. Um ritual usa elementos e símbolos que evocam a cultura e as crenças de um povo, e o papel desses símbolos é de se transformar num meio pelo qual um indivíduo ou um grupo tende a se identificar com outros grupos. Como enfatiza Freitas (2001, p.83), “não podemos ignorar que os rituais são processos de moldagem comportamental e podem durar milênios. São difíceis de romper”, e complementa: “as transições são geralmente uma forma de crise, estados de impacto ou mudança radical de “status na vida de uma pessoa, um período crucial e instável”.

Com o progresso da civilização, a relação com o místico e com as coisas sagradas diminuiu. Manteve-se, porém, a necessidade de encontrar, em maneiras comuns, equilíbrio e progresso, o que levou o indivíduo a se unir cada vez mais em grupos, como membros de uma agremiação, em torno de seus rituais e de suas crenças. Quando se percebe o mérito dos rituais introduzidos em cerimônias tanto as simples como as suntuosas, ele forma uma nova consciência de grupo, facilitando o diálogo e as negociações. Nos eventos, muitas vezes, os rituais envolvem práticas de várias culturas e exigem conhecimento do uso de símbolos, mitos e protocolo de cada povo, de cada homenageado, de cada situação, dentre outros fatores. Essas práticas exigem adoção de decisões específicas na sequência dos atos, que podem influenciar a imagem do Estado, dos governantes, das empresas e também as negociações econômicas e políticas, uma vez que envolvem os participantes nos sentimentos suscitados durante o evento, e os levam para novas situações, novas informações, alcançando épocas, lugares e emoções antes inatingíveis.

No setor privado, os rituais estão ligados a emoção e à cultura da empresa, do anfitrião, da família, da região, das tradições culturais e, de modo geral, propiciam uma reflexão sobre o posicionamento, o poder, os interesses políticos, econômicos, sociais, e sobre o reforço de status. Em sua função de "continuidade", o ritual pode ser usado para manter a normalidade e o equilíbrio das emoções. O "novo" e a "perda", que criam momentos de transição para o homem e exacerbam suas emoções, usam os rituais como amortecedores dos choques e estresses que acompanham essas transições da vida. Os rituais são poderosos quando traduzem a "permanência" por meio de suas repetições - quando ligam o presente ao passado e, provavelmente, o presente ao futuro.

CLASSIFICAÇÃO DOS RITOS

Charles-Arnold Kurr Van Genep foi um antropólogo francês que efetuou um estudo sistemático dos cerimoniais que, em diversas sociedades, marcam a transição dos indivíduos de um status para outro. Em 1908, publicou na França, o famoso "Les Rites de Passage", em que estudou sistematicamente esses ritos, e foi quem cunhou a expressão. Para ele, os ritos são celebrações que põem em relevo a mudança de um estado para outro, a transição de alguém na vida profissional, social, afetiva ou espiritual. Põem em relevo os momentos de decisão ou exceção e valorizam a renovação, o recomeço até o "fim-meta", a morte - passagem radical e definitiva. Assim, ele concluiu que a maioria dos ritos analisados observavam uma sequência que incluía "separação", "transição" e "incorporação".

Iasbeck (2006, p. 6-7) apresenta o que Genep definiu como momentos de transição: O primeiro deles é o dos “ritos de agregação”, cuja função é de a predispor a organização para receber o novo e ao mesmo tempo preservá-la dos riscos de desestruturação que venham a afetar seu funcionamento. São ritos que condicionam o equilíbrio do sistema pelo fato de que integram os indivíduos a essas novas situações, interferindo o mínimo possível no fator psicológico/emocional. Por sua função de integrar e garantir a continuidade de sistemas que já se encontravam em funcionamento antes da chegada da novidade, são também chamados de “pós-liminares”. Uma cerimônia de posse é exemplo típico dessa modalidade: os que estão nela presentes dirigem olhares de modo especial e adotam atitudes perceptíveis; há discursos propondo ou anunciando mudanças e efetuando promessas. Outros exemplos são as inaugurações, promoções, lançamento de livro, lançamento de produto.

O segundo momento de transição é o dos “ritos de desagregação”, que são aqueles adotados quando há saída ou afastamento de alguém do grupo, quando ocorre alteração de condição ou estado, É muito comum nas organizações e é exemplificado pelos eventos de despedida, com tendência ao surgimento de emoções e recordações de momentos passados e situações vividas. As mensagens e os discursos proferidos nesses encontros têm a tendência de expressar consolo ou lançar justificativas para o fato motivador do afastamento. O conteúdo costuma ser carregado de linguagens gestuais e corporais em decorrência dos efeitos contraditórios suscitados tais como tristeza e alegria, frustração e otimismo. Embora haja um grande montante desse tipo de sentimento, os rituais costumam terminar em resignação, conforto e consolo, na busca de a organização compreender, aceitar e superar a passagem.

São caracterizados como “ritos de indefinição” aqueles que são adotados para marcar a perda de uma situação por uma perspectiva futura ainda incerta, mesmo que com alguma garantia. Ocorrem num ambiente ainda envolvido pela dúvida, pela transição e pelo

provisório. Por apresentarem a posição mediadora do objeto ritualizado, são também chamados de ritos liminares. Estabilizam o objeto ritualizado num local de passagem, transição e espera – têm caráter reservado, oscilam entre extremos positivos e negativos. As mensagens são de desejo e expectativa de confirmação. Nesta modalidade, os comportamentos rituais são sutis, há disfarce embora não se mascare um certo incômodo sentido até como natural.

As vantagens de fazer ou não fazer parte de um dado sistema são relativizadas pela presença de um “certo” alívio por vir a ser dispensado da fidelidade. Nessas situações, há indícios de que se vai enfrentar a passagem de modo corajoso, como se faria diante de um desafio. É natural que a passagem de um sistema conhecido para um desconhecido, oscilando da certeza para a dúvida, ou o contrário, produza estresse, ansiedade e medo. Signos rituais de primeira ordem típicos dessa condição ajudam a dissolver a força da passagem e amenizam o incômodo da mudança. Incluem: bottons, insígnias, brindes de todo tipo, trajes, ornamentos, almoços ou jantares especiais.

A teoria de Van Gennep coloca o problema dos rituais de maneira bem diferente da de Durkheim. Em primeiro lugar, é um método de trabalho que impõe o estudo de uma manifestação ritual em sua totalidade decomposta em sequências consecutivas, e não a comparação fora do contexto entre manifestações tomadas aqui e ali no universo das sociedades. A grande contribuição desse método é o fato de que ele produz sentido. Assim, paradoxalmente, Durkheim, partindo do sagrado, chega ao social, enquanto que Van Gennep, partindo do social, chega a outras formas do sagrado.

De acordo com Segalen (2002, p.44), “[...] esses ritos de passagem constituem hoje uma vulgata para os etnólogos e sociólogos, mas é preciso compreender até que ponto essa posição era então inovadora, pois Van Gennep ressaltava a própria essência do ritual quando reconhecia a sua inscrição no tempo e no espaço”. Sobre esta situação, Gennep acrescenta que não há nem valor nem sentido intrínseco que seja definido de uma vez por todas para um rito ou ato social. O que ocorre é que há mudança de valor e de sentido segundo o que acontece antes e o que acontece depois.

Em um episódio ritual, ainda segundo Van Gennep (1978), sempre se destacam três fases: separação, margem, agregação -, variando a forma e a duração dos estados um e três de acordo com sua relação com o que é celebrado. Os três estados identificados por Van Gennep foram rebatizados por Turner (1974), como “preliminares, liminares e pós-liminares”.

No que se refere a este contexto, Bourdieu (1982) propõe “substituir o rito de passagem pelo rito de ‘legitimação’, rito de ‘consagração’, rito de ‘instituição’, analisando a

linha que opera a passagem de um estado a outro”, e insiste na evidenciação do “poder de autoridades que o instauram”, pois segundo ele, Van Genep nada mais fez do que nomear um rito, sem se interrogar sobre a função social da passagem. E complementa, “o rito não faz passar, mas institui, sanciona, santifica a nova ordem estabelecida: tendo um efeito de consignação estatutária, encoraja o promovido a viver segundo as expectativas sociais ligadas a sua categoria”. (BOURDIEU, 1982, p. 221)

O conceito de Bourdieu demonstra a necessidade de uma instância de legitimação – quer ele “institua” ou “faça passar”, o rito não pode ser autoadministrado, ele necessita de uma autoridade superior, seja a Igreja, o Estado, ou um representante legal do poder relativo à manifestação. Em relação à função comunicativa do rito, Durkheim (1989) considera que “um objeto se torna sagrado, pelo fato de ser tratado como tal”. Nesta concepção, Rivière (1997, p.45) examina como o rito se destaca do sagrado nas sociedades modernas sem, no entanto, perder a eficácia: “o rito profano encontra a sua lógica em sua realização e se satisfaz em sua intensidade emocional”.

Considera-se que várias ações cerimoniais não reivindicam uma ligação com o pensamento religioso ou uma relação inseparável com o sagrado; no entanto, devido às pulsões e motivos que acionam, à morfologia que assumem e à sua capacidade de simbolizar, atribuí-se a elas o qualificativo de ritual com todos os efeitos que lhes são associados. O rito, em razão de sua forma codificada, tem o poder de conferir um ar de tradição aos materiais sociais, sejam eles antigos ou novos. Constata-se, então, que a ideia de tradição se une a comportamentos cuja ação repetitiva apresenta um quadro à inteligibilidade compartilhada dos fatos.

Segalen (2002, p.92) aponta este fato ao afirmar que:

Um primeiro campo do ritual assim especificado, diz respeito ao político; outro concerne à empresa. Na medida em que esse campo inscreve a dimensão da comunicação no cerne de suas características, também podemos perguntar que lugar é possível reivindicar no campo do ritual para certos comportamentos que dizem respeito a indivíduos, e não a coletividade.

Dessa maneira, a política aponta um primeiro campo de investigação para estudar os rituais seculares que prioriza as relações entre ritual e festa. Alguns autores apresentam o rito como exclusivamente religioso, relegando todo o profano ao festivo. Na realidade, “rito e festa se interpenetram sem, no entanto, cobrir-se totalmente: são campos secantes, caracterizados por sua definição espaço-temporal” (Segalen, 2002, p.92). Isambert (1982), adota o ponto de vista de que festa é uma ação simbólica pelo fato de evocar um ser um acontecimento, uma coletividade: “A ação própria da festa é a simbolização e para que o

símbolo seja reconhecível, é preciso que ele esteja relativamente fixado”, e complementa: “A festa assume formas rituais obrigatórias, sem que o rito tenha aqui necessariamente caráter religioso nem obrigação de um valor moral.” (ISAMBERT, 1982, p.161-2)

Seguindo pela mesma linha de raciocínio, Smith (1991, p.630) argumenta: “sem que exista ali uma exclusão total mútua, o rito se distingue dessas manifestações de carga simbólica que são as festas, as celebrações, etc., todas elas referidas à etiqueta privada e pública”. Se o rito se insere em tais representações, constitui nelas geralmente o tempo forte em torno do qual se organiza o conjunto do desdobramento cerimonial que pode então ser chamado de “ritual”.

Como forma de comunicação, o rito tem como pressuposto uma mensagem a ser transmitida, mensagem essa que reafirma os valores e códigos comuns ao grupo. Desempenha, na maioria das vezes, a função de reproduzir o sistema social vigente. A eficácia dos ritos é determinada pela condição que lhes é possível, de conseguir a integração das diferenças. Eles permitem, por meio desta ambigüidade, que o ambiente organizacional – cada vez mais propício ao confronto de diversas culturas provenientes da heterogeneidade competitiva de seus integrantes –, torne-se coeso em torno de um ideal organizacional, o qual transcende os interesses individuais em prol da coletividade, a empresa. No entanto, isto não os coloca sempre a favor do “*status quo*”; os ritos operam mudanças que são reais e não simbólicas, numa realidade que é constantemente negociada.

Aliás, eles sempre transformam a realidade porque permitem as passagens e mudanças necessárias ao desenvolvimento da vida social, o que reafirma sua eficácia para o ambiente organizacional contemporâneo. Ao realizarem um resgate da noção antropológica dos ritos das sociedades primitivas e compará-los com os ritos das organizações contemporâneas, Trice & Beyer (1985) sistematizam seis tipos de ritos organizacionais que se destinam a manter a unidade e a identidade organizacional:

- *ritos de passagem*: facilitam a transição de pessoas para estados e papéis. Trazem, como consequência latente, a minimização das resistências à incorporação dos novos papéis sociais e o restabelecimento do equilíbrio das relações sociais em processo. São ritos usados para facilitar a mudança de status. Exemplo: recrutamento de novos funcionários.
- *ritos de degradação ou exclusão*: possibilitam a dissolução de identidades sociais e a redução de seu poder, especialmente quando os indivíduos transgridem as normas de conduta da organização. Trazem, como consequência oculta, o conhecimento público dos problemas existentes, seus detalhes e a defesa das fronteiras do grupo por meio da redefinição e reforço da importância de pertencer ao grupo e dos valores traduzidos nas regras envolvidas.

- *ritos de reforço*: celebram publicamente os resultados positivos e reforçam as identidades sociais e seu poder. Difundem as "boas novas", tornam público o reconhecimento dos méritos individuais, estimulam esforços similares e enfatizam o valor social da observância das regras.
- *ritos de renovação*: têm como propósito renovar as estruturas sociais e aperfeiçoar sua dinâmica. Trazem, como consequência latente, a reafirmação da busca de soluções para problemas, procuram identificar a natureza destes, sugerem prioridades e alternativas de soluções e, principalmente, legitimam e reforçam as relações de poder e de autoridade.
- *ritos de mediação de conflitos*: procuram, de certa forma, reequilibrar as relações sociais, por meio de estratégias de mediação de conflitos, a exemplo do processo de negociação coletiva. Trazem, como consequência, o desvio da atenção do foco dos problemas, o compartilhamento do conflito e a possibilidade de se restabelecer o equilíbrio das relações a priori conturbadas. Na realidade, esses ritos confirmam a hierarquia e mostram, ao indivíduo, qual é seu lugar na organização.
- *ritos de integração*: estimulam e possibilitam o reviver dos sentimentos comuns e a manutenção do envolvimento das pessoas com o sistema social. Consequentemente, eles permitem a liberação de emoções, a ruptura momentânea das regras e da disciplina e reafirmam a moral das regras.

Essa tipologia é uma referência obrigatória, como categoria de análise, para os estudos de cultura organizacional. Assim como existem esses ritos, existem, também, aqueles que comunicam, formal ou informalmente, as normas disciplinares e as relações hierárquicas. Para Bourdieu (1982), os ritos e rituais possibilitam um duplo sentido para a determinação ideológica à medida que eles naturalizam o mando para os superiores e a obediência para os subordinados.

RITOS NAS ORGANIZAÇÕES

O relacionamento dos membros da organização entre si e destes com a organização produzem um complexo emaranhado de manifestações que necessita ser conhecido sobretudo pelas consequências que provoca. Pelo fato de contribuírem com a estabilização, os momentos ritualizados dificultam ou minimizam o surgimento de conflitos. Em muitos casos, servem para diluir atritos típicos do desgaste que se verifica entre pessoas que trabalham juntas por um determinado período de tempo e já desenvolveram determinados vícios. Decisões, crenças e medos, preferências, afetos estarão sem dúvida condicionados pelos

humores, sabores e dissabores experimentados – que os ritos, por suas características simbólicas, serão capazes de mobilizar e trazer para tratamento.

Já ao nascer, os seres humanos são vinculados a alguma instituição: o nascimento é registrado num cartório, seguido de um rito religioso de iniciação e adesão institucional. A família, em sua forma tradicional, funciona à maneira de uma organização formalmente constituída. As amizades, o colégio, os grupos de esportes, de música, de lazer, a universidade – são espaços de vida organizados e padronizados em regras, normas, hábitos, costumes. (HALL, 1984). A vida em organizações assegura condições físicas e psicológicas de subsistência. Há, no entanto, situações angustiantes: o primeiro emprego, a primeira demissão, a “não” promoção, a farsa experimentada num determinado relacionamento profissional.

A busca pela recompensa e pelo reconhecimento, o desejo de experimentar o sucesso vinculam-se à alternância entre momentos de motivação ou frustração. Nem sempre há a compreensão de que os contratempos são imprevisíveis e que os parceiros são, em determinados momentos, rivais e concorrentes. Enfrentar essas situações é um processo de comunicação. Os ritos das organizações são partilhados pelos seus membros como um modo de comunicação codificado que eles estão livres para aceitar ou recusar. Num período em que os etnólogos falavam sobre a incompatibilidade entre ritos e modernidade, Paterson (1971, p.299), escreve que:

[...] é possível admitir que se instaurem ritos dentro de qualquer organização (agrupamento *ad hoc*, empresa, serviço administrativo ou público, grupo profissional, etc.) em que seja criada uma linguagem comum de símbolos, forjada pela sua história. Tal ritual não se contenta em refletir as condições sociais ou as maneiras de pensar; ele pode contribuir para reorganizá-las ou até mesmo criá-las.

Um ritual na organização pode assumir uma função de comunicação, reconhecida hoje como uma das funções vitais da empresa moderna. Leach (1971, p.241) define o rito como “[...] um comportamento esporádico que caracteriza certos momentos de uma mesma cultura” que pode ser de dois tipos: comportamentos mágicos ou eficazes em termos de convenções culturais dos que o praticam, e comportamentos que concernem à “comunicação” em virtude de um código culturalmente determinado. O autor aponta ainda a dimensão de comunicação do rito, notadamente entre os iletrados, lembrando que, nos ritos, palavras e comportamento são indissociáveis. Para ele, o rito não-verbal é apenas um sistema de sinalização de um gênero diferente, menos especializado. A linguagem corporal acompanha numerosas cerimônias. Existe uma segunda distinção importante entre comportamentos

simbólicos privados e públicos. Os primeiros terão um significado afetivo; os últimos, um significado social, “quando pessoas pertencem a mesma cultura, têm em comum vários sistemas de comunicação que elas compreendem mutuamente” (LEACH, 1971, p.323).

Stanley (1985) efetivamente retoma a ideia de eficácia, depois que Leach (1971) inclui a ação como um meio de transmissão de conhecimento, mas acrescenta um elemento fundamental. O autor introduz a ideia de "ação performativa": um atributo intrínseco tanto à ação quanto à fala, que permite comunicar, fazer, modificar, transformar. Se, então, o ritual é 1) um sistema cultural de comunicação simbólica; 2) constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos; 3) frequentemente expresso por múltiplos meios; 4) esta ação ritual é performativa. Combinam-se, assim, as dimensões do viver e do pensar: rituais servem para resolver conflitos ou diminuir rivalidades, como queria Turner (1974), e, ao mesmo tempo, para transmitir conhecimento, como defendia Leach (1971). Rituais são adequados para realizar essas funções aparentemente diversas, porque são performativos.

O ritual é uma forma de ação sobretudo maleável e criativa que, com conteúdos diversos, é utilizada para várias finalidades. Os elementos que entram no ritual já existem na sociedade, fazem parte de um repertório usual, mas são então reinventados. Se o ritual possui características marcantes de estereotipia, redundância, condensação e, às vezes, formalidade, esses são traços de eventos sociais em geral – no ritual eles apenas são reforçados. Rituais são, portanto, um tipo especial de evento, mas não qualitativamente diferente daqueles considerados usuais. Sendo assim, o instrumental desenvolvido para analisá-los pode ser reapropriado, com proveito, para exame dos eventos cotidianos.

Segalen também salienta que:

O comportamento ritual não se refere a manifestações que “fazem” alguma coisa, mas a maneira de ser, as formas de comunicação exterior entre dois ou mais indivíduos. Ele se torna linguagem de comportamento, e um dos traços essenciais desse tipo de linguagem é que “seus símbolos unitários têm um significado comum ao mesmo tempo para quem os manifesta e para seu público”. (SEGALEN, 2002, p.112)

Apresentando uma distinção entre os simbolismos privado e público, Leach (1971) atribui ao ritual finalidades específicas: o simbolismo privado modifica o estado do ator; o simbolismo público atua sobre a situação, ele a modifica. Bystrina (1993), designa o ambiente da cultura como uma “segunda realidade”, onde tudo pode ser resolvido graças à competência simbólica que o homem desenvolveu para recriar e superar, em outras esferas, suas impossibilidades. A “primeira realidade” é formada pelas dimensões biológicas e sociais da vida (não apenas humana) nas quais a comunicação é realizada pela ação dos códigos

hipolinguais (biológicos) e dos códigos linguais (sociais). A “segunda realidade”, a realidade da cultura, é aquela em que se dão os ritos, os mitos, as invenções, alucinações, criações imaginárias, enfim toda a produção simbólica do ser humano, único animal dotado de metaconsciência e, portanto, capaz de abstrair e sonhar acordado.

As organizações se mantêm nesses dois níveis: numa definição sociológica, são “construtos sociais” e, pelos conceitos antropológicos e semióticos, são ambientes culturais onde se constroem, se destroem e se sustentam convicções, crenças, fundamentos e pilares simbólicos capazes de sustentar a coesão, a ação solidária de tantos quantos delas fazem parte. A relação entre o mito e rito é bastante estreita: o mito é cultuado pelo rito. Para Souza (1995), o mito é a narrativa de um tempo, um acontecimento antigo, exemplar ou paradigmático, que necessita ser lembrado e atualizado pelo rito. Desta forma, os ritos são locais e tempos de reificação de mitos. Eliade (1989) afirma que rito e mito são elementos que se complementam e que são interdependentes que formam uma unidade complexa e que é responsável pelas características individualizantes de uma dada cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os momentos ritualizados nas organizações acontecem com mais frequência do que se imagina e sua contribuição para formação da identidade e da imagem do grupo é bem mais forte quanto mais marcadas de signos simbólicos forem as cerimônias institucionais. As práticas rituais fazem parte do dia-a-dia dos grupos profissionais e seu conhecimento interessa em profundidade à prática de relações públicas, uma vez que é uma área voltada a aperfeiçoar o relacionamento da organização com seus públicos.

Há uma diferença entre cerimônia e ritual, embora ambos muitas vezes sejam utilizados como sinônimos: enquanto ritual se refere à necessidade de formular regras para o comportamento expressivo, cerimônia é o momento de entrelaçar valor e sentimento, com o ato expressivo. O rito pode estar contido na cerimônia ou acontecer fora dela. Rituais envolvem consciência e promovem consciência. Seus propósitos dentro do ambiente organizacional podem englobar a concordância com obrigações ou ideais, fortalecimento de laços sociais, demonstração de respeito ou submissão, afiliação, aceitação social ou aprovação para mudanças.

Os ritos, os rituais, as cerimônias, os símbolos, os sinais, a forma e o conteúdo da comunicação dentre outros fatores são os meios pelos quais o grupo social se reafirma periodicamente. Em alguns eventos como lançamento de novos produtos, assinatura de convênios, comemorações de datas, cerimônias de posse, inaugurações, parcerias – os rituais

renovam a consciência de grupo, facilitando o diálogo e as negociações. Nas organizações, os ritos não só assumem função privilegiada na instauração e manutenção da coesão solidária do grupo, como também são fundamentais para que as estruturas de poder sejam capazes de manter em funcionamento os diversos níveis de dependência (hierarquias) nos quais se instalam os vínculos comunicacionais entre as pessoas.

REFERÊNCIAS

AZZOLIN, Maria Lisabete Terra. *Cerimonial universitário: instrumento de comunicação*. Santa Maria: UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 1997.

BEALS, R. L.; HOIJER, H. *As introduction to anthropology*. New York, Macmillan, p. 496-497, 1953.

BENVENISTE, Émile. *Le vocabulaire des institutions européennes*, tomo 1, Paris, Ed. de Minuit, 1969, p. 121.

BOURDIEU, Pierre. *Les rites comme actes d'institution*. Actes de la recherche en sciences sociales, 1982. p. 43.

BYSTRINA, Ivan. *Tópicos de semiótica da cultura*. São Paulo: CISC/PUCSP, pré-print, 1993.

DOUGLAS, Mary. *De la souillure: essai sur les notions de pollution et de tabou*. Trad. de l'anglais par Anne Guérin ; préf. de Luc de Heusch. - Paris : F. Maspéro, 1971.

DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. Tradução: Eduardo Freitas e Inês Mansinho. 3.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ELIADE, Mircea. *Origens*. Lisboa: Edições 70, 1989.

FORTES, Meyer. *Les prémisses religieuses et la technique logique des rites divinatoire*. In: Huxley, Julian (dir.). *Lê comportement rituel chez l'homme et l'animal*. Paris: Gallimard, 1971.

FREITAS, Maria Ester de. *Cultura organizacional: formação, tipologias e impacto*. São Paulo: Makron Books, 1991.

FREITAS, Maria Iris Teixeira de. *Cerimonial & Etiqueta – Ritual das recepções*. Belo Horizonte: UNA Editora, 2001.

GENNEP, Arnold Van. *Os Ritos de Passagem*. Trad. Mariano Ferreira. Apresentação de Roberto Da Matta. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

HALL, Richard. *Organizações: estruturas e processos*. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1984.

HERTZ, Robert. *Sociologie Religieuse et Folklore*. Paris: PUFHOBBS. 1970.

ISAMBERT, François-André. *Lê sens du sacré*. Fête et religion populaire. Paris: Minuit, 1982.

IASBECK, Luiz Carlos A. *Os mitos, os ritos e a pax organizacional*. Intercom – NP 5 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional, 2006.

LEACH, Edmundo. *La ritualization chez l'homme par rapport à son développement culturel et social*. In: Huxley, Julian (dir.). *Le comportement rituel chez l'homme et l'animal*. Paris: Gallimard, 1971.

MAUSS, Marcel . *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac&Naify [edição francesa: Mauss , M. 1999, *Sociologie e anthropologie*. 8 ed. Paris, PUF, 2003.

PATERSON, T. *Les rites émotifs dans les organismes industriels*. In: Huxley, Julian. (dir.). *Lê comportement rituel chez l'homme et l'animal*. Paris: Gallimard, 1971.

PEIRANO, Marisa. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RIVIÈRE, Claude. *Os ritos profanos*. Tradução: Guilherme João Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1997.

SEGALEN, Martine. *Ritos e Rituais Contemporâneos*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SMITH, Pierre. Rite. In: Pierre & Izard, Michel (dirs.). *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris: PUF, 1991.

SOUZA, Eudoro de. *Mitologia I*. Mistério e surgimento do Mundo. Brasília: UNB, 1995.

TRICE, Harrison M.; BEYER, Janice M. *Using six organizational rites to change culture*. In: Killman et al. *Gaining control of the corporate culture*. San Francisco: Jossey-Bass, 1985.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual – Estrutura e Antiestrutura*. Tradução de Nacy Campi de Castro. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.